

POETA ANÍSIO SILVA (PROFESSOR SHELL)

Muito além do currículo:
O Professor que fez da palavra um abraço.



LANÇAMENTO

VERBO: A POESIA QUE FERRE E PERMANECE

O REAL, A MEMÓRIA E A HUMANIDADE NOS VERSOS INQUIETANTES DE ANÍSIO SILVA.



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/gzrygp96>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adelson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adelson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaufeuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica

Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 65 (jun. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 320 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/gzrygp96>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

07 Sobre quem joga e quem assiste: lugares que ensinamos a ocupar

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

14 Convivência em foco – “Programa EntreNós”

Cleia Teixeira da Silva e Jose Wilton dos Santos

20 POIESIS

J. Wilton

23 Poeta Anísio Silva (Professor Shell)

Muito além do currículo: o professor que fez da palavra um abraço



ARTIGOS

1. A ESTRATÉGIA DAS RECEITAS PÚBLICAS NO SISTEMA FISCAL ANGOLANO (CASO DA TERCEIRA REGIÃO TRIBUTÁRIA LUANDA-BENGO)

Adão Pacheco Valentim/Domingos Fernando Cassuende Lucunde 31

2. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “FAMÍLIA TAMBÉM CONTA HISTÓRIAS

Ana Claudia Souza Silva 36

3. A FRACA ASSIMILAÇÃO E BAIXO RENDIMENTO DOS ALUNOS DO LICEU REI CILULU VANGUEVANGUE - CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO

Angelino Wambo Tchaluete/Walter Albino António Sassoma 42

4. O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS

Antonia Elcinda Alves Rodrigues 48

5. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO

Augusto Hudson Simeão 53

6. ANÁLISE FARMACOTERAPÉUTICA DOS ANTIRRETROVIRAIS EM PACIENTES ATENDIDOS NO HOSPITAL GERAL DO KILAMBA KIAXI

Capuma Ernesto Eduardo /Daniel Tchilala Luciano /Wilson Valdemar Gomes Anilba 60

7. RECURSO DE APELAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

Chiquito Afonso Fernando Domingos/Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva 65

8. O IMPACTO SOCIAL DA CORRUPÇÃO EM ANGOLA: EFEITOS NA DESIGUALDADE SOCIAL E NO ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Cipriano de Jesus Plácido da Silva /Constantino João Manuel 74

9. A MOTIVAÇÃO LABORAL E O DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO PRIVADO DO KILAMBA

Constantino João Manuel 80

10. CRIMINALIDADE NO BAIRRO CANDOMBE VELHO, MOTIVOS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

Daniel Cordeiro 87

11. DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EQUIDADE NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Daniela dos Santos Magalhães 93

12. PLANEJAMENTO DOCENTE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Denise Teixeira Santos Menezes 99

13. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTORIA DOCENTE NA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES, LIMITES E CRITÉRIOS ÉTICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Diego Agostinho Dynczki 106

14. O PAPEL DA LIDERANÇA NO DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ESTUDO REALIZADO À COMUNIDADE ACADÊMICA DO ISIA E ISPK – 2025/2026

Edson da Conceição Graça /Rogério Agrey Moisés Jonas 115

15. FUGA À PATERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNICÍPIO DO CUITO-BIÉ NO ÂMBITO DO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

Eduardo Custódio Domingos Nungulo 124

16. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CONECTANDO CONHECIMENTO, CIDADANIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Emanuel Ramos Barra 130

17. APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO MOVIMENTO E DA EXPRESSÃO CORPORAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO

Glaucimer Silva Batista de Almeida 136

18. QUANDO O TEMPO SE TORNA TERRITÓRIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Jennyfer Christiane Barboza de Jesus 144

19. O PAPEL DO PROFESSOR NA MOTIVAÇÃO DO ALUNO NO INSTITUTO TÉCNICO DE SAÚDE Nº 110 DE SAURIMO-ANGOLA

João Miranda Tumba 154

20. CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE CUIDADO E APRENDIZAGEM

Jordânia de Brito 161

21. INFLUÊNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS(CASO DO HOSPITAL MUNICIPAL DO ZANGO NO PERÍODO DE 2024-2025)

Julietta Elisa André Panzo Tchitungo 168

22. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Lilian Silvana Minho Zanetta 176

23. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SISTEMA JURÍDICO ANGOLANO NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO E DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

Luzia Feijó Sebastião/Constantino João Manuel 182

24. A MÚSICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Lusilene da Rocha Alves 189

25. A GESTÃO ESCOLAR NO SECTOR PRIMÁRIO E DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO: UMA PERSPECTIVA DAS DIRECTORAS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LUANDA

Madalena Nascente Cardoso João 195

26. O ACESSO À JUSTIÇA PELAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA EM ANGOLA: BARREIRAS ESTRUTURAIS E MECANISMOS DE INCLUSÃO

Manuel António da Silva Lemos /Constantino João Manuel 204

27. ATRIBUIÇÃO CAUSAL COMO UM FATOR CRUCIAL PARA O RENDIMENTO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

Manuel Francisco Neto 210

28. ARTETERAPIA E SAÚDE MENTAL: FUNDAMENTOS, EVIDÊNCIAS, LIMITES E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO CUIDADO INTEGRAL

Marcelo Santos de Mascarenhas 216

29. A PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTO DE CRISE SOCIOECONÓMICA EM ANGOLA: DESAFIOS INSTITUCIONAIS E MECANISMOS DE GARANTIA

Maria Teresa da Costa Garcia /Constantino João Manuel 225

30. MEDIAÇÕES, CONFLITOS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICASMOIZES ANTONIO DOS SANTOS

Ngombo Rodrigues Lucau 232

31. O USO DO SOFTWARE GEOGEBRA NO ESTUDO DAS FUNÇÕES EXPONENCIAIS NO 1.º ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA

Pedro Nzuzi 243

32. DESEMPREGO JUVENIL NA CIDADE DE LUANDAUM ESTUDO REALIZADO NO BAIRRO ROCHA PINTO

Sandra Horacio 250

33. EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIVERSIDADE CULTURAL E A BNCC NO BRASIL

Santos Augusto Mussamo /Constantino João Manuel 258

34. LITERACIA FISCAL E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM ANGOLA: EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL

Santos Filipe 264

35. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DO 4º ANO DO CURSO DE ANÁLISES CLÍNICAS E SAÚDE PÚBLICA DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES, NO I SEMESTRE DE 2025

Sebastião Alcino Gonçalves 271

36. O ESTÁGIO ACADÊMICO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR EM MALANJE

Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira 279

37. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Solange Aparecida Silva 287

38. ARTE, EXPRESSÃO SIMBÓLICA E DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA ARTE-EDUCAÇÃO E LIMITES DA ARTETERAPIA

Suellen Vidal Araújo da Silva 293

39. A RODA DE CONVERSA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Viviane Marcia Santos de Mascarenhas 303

40. O BRINCAR LIVRE NA INFÂNCIA: FUNDAMENTOS SOCIOCULTURAIS, EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Jordânia de Brito 309



A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a concepção da criança como sujeito histórico e de direitos no contexto da Educação Infantil, destacando o papel do currículo e das práticas pedagógicas no desenvolvimento integral. O estudo adota uma abordagem de caráter crítico-analítico, fundamentada na leitura reflexiva de documentos normativos e produções teóricas que discutem infância, currículo e práticas educativas. Os resultados evidenciam que reconhecer a criança como sujeito ativo implica compreender o currículo como um conjunto de experiências que valorizam o brincar, as interações e a participação infantil. Conclui-se que a centralidade da criança no planejamento curricular contribui para práticas pedagógicas mais democráticas, respeitosas e coerentes com as especificidades da infância, favorecendo a construção da identidade, da autonomia e da cidadania desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Aprendizagem. Desenvolvimento. Práticas pedagógicas. Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, tem experimentado profundas transformações teóricas, políticas e pedagógicas, especialmente a partir do reconhecimento da criança como sujeito histórico, social e de direitos. Essa perspectiva rompe com abordagens tradicionais que concebiam a infância sob uma lógica assistencialista ou meramente preparatória para etapas subsequentes da escolarização, deslocando o foco para a centralidade da criança como protagonista de seus processos de desenvolvimento, aprendizagem e construção de sentido sobre o mundo.

O currículo, nesse contexto, assume papel estratégico, pois traduz concepções de infância, educação e sociedade em práticas e experiências concretas oferecidas às crianças no cotidiano escolar. Compreendê-lo como instrumento de efetivação de direitos implica ir além de listas de conteúdos ou

atividades programadas, reconhecendo-o como espaço de interação, exploração, expressão e participação.

Reconhecer a criança como sujeito de direitos significa valorizá-la como agente capaz de produzir cultura, atribuir significados às experiências vividas e participar ativamente das relações sociais nas quais está inserida. Essa concepção exige que o currículo seja planejado para assegurar oportunidades de brincar, conviver, expressar-se e aprender de maneira significativa e contextualizada, respeitando suas singularidades, ritmos e múltiplas linguagens.

A presente pesquisa propõe, portanto, analisar a concepção da criança como sujeito histórico e de direitos e suas implicações para a organização curricular e práticas pedagógicas na Educação Infantil. Parte-se do pressuposto de que o currículo, entendido como conjunto de experiências socialmente construídas, constitui-se em instrumento central para a promoção do desenvolvimento integral e a efetivação

¹ Licenciatura Plena em Pedagogia e Artes. Pós graduação em Gestão Escolar. Professora de Educação Fundamental na Secretaria Estadual de Educação, SEE. Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMS. simone-mirandaf@hotmail.com.br

dos direitos da criança, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente engajados.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com abordagem crítico-analítica. A investigação fundamentou-se na análise de documentos normativos que orientam a Educação Infantil brasileira, especialmente o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

A análise documental foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), utilizando-se três categorias analíticas: a) a criança como sujeito histórico e de direitos; b) currículo, interações e brincar; e c) participação infantil e organização dos tempos e espaços.

Nas DCNEI, foram examinados especialmente os artigos que definem a criança como sujeito histórico e de direitos e estabelecem as interações e as brincadeiras como eixos norteadores das práticas pedagógicas. Na BNCC, a análise concentrou-se nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e nos cinco campos de experiência da Educação Infantil.

Os dados foram interpretados à luz da literatura especializada sobre infância e currículo, buscando identificar aproximações, avanços e desafios para a efetivação de práticas pedagógicas comprometidas com os direitos das crianças e com seu desenvolvimento integral.

A CRIANÇA COMO SUJEITO HISTÓRICO E DE DIREITOS

A concepção contemporânea de infância fundamenta-se no reconhecimento da criança como sujeito histórico, social e cultural, dotado de agência, produtor de sentidos e participante ativo das relações sociais. Essa perspectiva resulta de um processo histórico de lutas sociais e avanços teóricos que culminaram na afirmação da criança como sujeito de direitos, superando abordagens biologizantes,

assistencialistas ou meramente preparatórias para a escolarização formal.

No campo educacional, tal compreensão desloca o olhar da criança como objeto de intervenção para reconhecê-la como protagonista de seu próprio processo de desenvolvimento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) reafirmam essa concepção ao estabelecerem a criança como centro do planejamento curricular, enfatizando que sua identidade pessoal e coletiva se constitui nas interações estabelecidas com pares, adultos, espaços, tempos e materiais. Essa centralidade implica assegurar experiências educativas que promovam a convivência, a brincadeira, a participação, a exploração e a expressão, entendidas como direitos indissociáveis do desenvolvimento integral.

Reconhecer a criança como sujeito de direitos requer, portanto, práticas pedagógicas que valorizem sua voz, respeitem suas singularidades e considerem suas múltiplas linguagens como formas legítimas de expressão e produção de conhecimento. Tal reconhecimento demanda um currículo sensível às diferenças, atento aos contextos socioculturais e comprometido com a construção de relações educativas democráticas e inclusivas.

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LIMITES E DESAFIOS HISTÓRICOS

A trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil revela a marginalização dessa etapa no âmbito das políticas educacionais, marcada por concepções que a associavam predominantemente ao cuidado ou à preparação para o ensino fundamental. Nesse contexto, o currículo foi, por muito tempo, entendido como um conjunto de atividades fragmentadas ou como uma adaptação de modelos escolares voltados às etapas posteriores da escolarização.

Barbosa (2009) aponta que a consolidação de estudos sistematizados sobre currículo na Educação Infantil é relativamente recente, o que contribuiu para a permanência de práticas pedagógicas pouco alinhadas às especificidades dos bebês e das crianças pequenas. Essa herança histórica resultou, em muitos casos, na antecipação de conteúdos escolares, na padronização das experiências e na desconsideração dos tempos e interesses infantis.

Tais limites evidenciam a necessidade de problematizar concepções curriculares tradicionais e avançar na construção de propostas que reconheçam a criança como sujeito de direitos. Isso implica compreender o currículo como um campo de disputas simbólicas e políticas, no qual se expressam projetos de infância, educação e sociedade. Superar esses desafios requer a elaboração de currículos que articulem cuidado e educação de forma indissociável, valorizando as experiências, as interações e o brincar como fundamentos da prática pedagógica.

CURRÍCULO COMO EXPERIÊNCIA E PRÁTICA SOCIAL

Na Educação Infantil, o currículo assume contornos específicos ao ser compreendido como um conjunto de experiências socialmente construídas no cotidiano institucional. Essa concepção rompe com a lógica prescritiva e conteudista, reconhecendo o currículo como prática social que se materializa nas relações, nas brincadeiras, nas rotinas e nas situações vivenciadas coletivamente por crianças e adultos.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) destaca que os processos de desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intrinsecamente relacionados às experiências de socialização vividas em contextos coletivos. Assim, o currículo passa a desempenhar uma função formativa ampliada, orientada para a construção de vínculos, o reconhecimento da alteridade, o exercício da participação e o acesso às diferentes manifestações culturais.

Nessa perspectiva, o currículo da Educação Infantil deve garantir o direito da criança de viver plenamente sua infância, assegurando experiências que integrem brincar, cuidar, educar e conviver. Trata-se de um currículo vivo, dinâmico e contextualizado, que se constrói na interlocução entre as intencionalidades pedagógicas dos educadores e as iniciativas, interesses e produções das crianças.

A BNCC E A CONSOLIDAÇÃO DA CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

A publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, representou um importante avanço para a Educação Infantil ao reafirmar princípios já defendidos pelas Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e ao fortalecer a concepção da criança como sujeito histórico, social e de direitos. O documento reconhece que as crianças aprendem e se desenvolvem por meio das interações estabelecidas com outras crianças, adultos, espaços, materiais e diferentes experiências vivenciadas no cotidiano escolar.

A BNCC (BRASIL, 2018) estabelece que o trabalho pedagógico na Educação Infantil deve assegurar seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos colocam a criança no centro do planejamento pedagógico e reconhecem sua capacidade de produzir conhecimentos, construir significados e participar ativamente dos processos educativos.

O direito de conviver possibilita que as crianças estabeleçam relações com diferentes pessoas, aprendendo a compartilhar experiências, respeitar diferenças e construir vínculos afetivos. O direito de brincar, por sua vez, reconhece a brincadeira como linguagem própria da infância e como elemento fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural.

Já o direito de participar assegura às crianças a oportunidade de expressarem opiniões, fazerem escolhas e contribuírem para as decisões relacionadas às atividades e à organização da rotina escolar. Os direitos de explorar, expressar e conhecer-se ampliam as possibilidades de investigação, criatividade, construção da identidade e reconhecimento de si e do outro, favorecendo o desenvolvimento integral.

Além dos direitos de aprendizagem, a BNCC organiza o currículo da Educação Infantil em cinco campos de experiência: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Essa organização curricular rompe com perspectivas conteudistas e disciplinarizadas, priorizando experiências significativas e contextualizadas que consideram as especificidades da infância.

Os campos de experiência possibilitam que o currículo seja construído a partir das vivências das crianças, de seus interesses e das interações

estabelecidas no ambiente educativo. Dessa forma, a aprendizagem deixa de ser compreendida como mera transmissão de conteúdos e passa a ser concebida como um processo dinâmico, no qual as crianças participam ativamente da construção do conhecimento.

No cotidiano das instituições de Educação Infantil, a efetivação desses princípios pode ser observada em diversas situações. Em uma brincadeira de faz de conta, por exemplo, as crianças podem criar um mercado, distribuir papéis, negociar regras, utilizar diferentes formas de linguagem e resolver conflitos. Nessa experiência, diversos direitos de aprendizagem e campos de experiência são mobilizados simultaneamente, evidenciando que o desenvolvimento infantil ocorre de maneira integrada e contextualizada.

Da mesma forma, atividades de investigação realizadas a partir de elementos encontrados no jardim da escola, como folhas, insetos ou sementes, possibilitam a exploração, a curiosidade científica, a observação e a construção de hipóteses, demonstrando que o currículo na Educação Infantil deve partir das experiências e interesses das próprias crianças.

Nesse sentido, a BNCC consolida a compreensão de que a criança é protagonista de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, reafirmando a necessidade de práticas pedagógicas pautadas na escuta, na participação e no respeito às múltiplas formas de expressão infantil. Ao reconhecer as interações e o brincar como eixos estruturantes da prática pedagógica, o documento contribui para a construção de uma Educação Infantil mais democrática, inclusiva e comprometida com a efetivação dos direitos das crianças.

IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DA CENTRALIDADE DA CRIANÇA NO CURRÍCULO

A centralidade da criança no currículo implica profundas transformações nas práticas pedagógicas e na organização do trabalho educativo. O educador deixa de ocupar exclusivamente o lugar de transmissor de conhecimentos para assumir o papel de mediador, observador e organizador de contextos que favoreçam a exploração, a curiosidade, a investigação e a construção de sentidos pelas crianças.

Nessa abordagem, o planejamento pedagógico torna-se um processo reflexivo e flexível, orientado

pela escuta sensível e pela observação atenta das interações infantis. O currículo, enquanto instrumento de garantia de direitos, deve assegurar experiências que promovam a autonomia, a identidade, a participação e o convívio democrático, respeitando os ritmos e as singularidades de cada criança.

Assim, a prática pedagógica centrada na criança exige intencionalidade, planejamento coletivo e avaliação contínua, compreendida não como mecanismo de controle, mas como processo de reflexão sobre as experiências vividas. Essa perspectiva contribui para a consolidação de uma Educação Infantil comprometida com a formação de sujeitos críticos, participativos e socialmente engajados.

BRINCAR COMO DIREITO E EIXO ESTRUTURANTE DO CURRÍCULO

O brincar constitui-se como dimensão fundante da infância e como direito fundamental da criança, amplamente reconhecido nos documentos normativos da Educação Infantil. Enquanto linguagem privilegiada da criança, o brincar possibilita a exploração do mundo, a elaboração de experiências, a construção de significados e o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, emocionais e simbólicas.

Compreender o brincar como eixo estruturante do currículo implica reconhecê-lo como princípio organizador das práticas pedagógicas, e não como atividade acessória ou meramente recreativa. Nas brincadeiras, as crianças exercitam a imaginação, a criatividade, a linguagem e a capacidade de resolver problemas, ao mesmo tempo em que constroem vínculos e aprendem a negociar regras, papéis e sentidos.

Em uma turma de crianças de quatro anos, a construção de cabanas com tecidos e caixas de papelão permite que as crianças negociem regras, assumam papéis, resolvam conflitos e criem narrativas coletivas, demonstrando como o brincar favorece aprendizagens sociais, cognitivas e emocionais.

Desse modo, um currículo orientado pelo brincar assegura experiências educativas que respeitam as especificidades da infância e promovem aprendizagens significativas e contextualizadas. Ao

garantir o direito de brincar, a Educação Infantil reafirma seu compromisso com o desenvolvimento integral e com a valorização da cultura infantil.

PARTICIPAÇÃO INFANTIL E ESCUTA COMO PRINCÍPIOS CURRICULARES

A participação infantil configura-se como princípio fundamental para a efetivação da criança como sujeito de direitos no contexto educativo. Reconhecer a criança como participante ativa do processo pedagógico implica considerar suas opiniões, interesses, hipóteses e formas de expressão como elementos constitutivos do currículo.

A escuta sensível, enquanto prática pedagógica, desempenha papel central nesse processo, pois permite ao educador compreender as necessidades, os desejos e as produções das crianças. Ao escutar, o educador legitima a criança como interlocutora e amplia as possibilidades de construção de práticas mais democráticas e dialógicas.

Durante uma roda de conversa, ao escolherem o tema de um projeto sobre insetos observado no jardim da escola, as crianças participam das decisões curriculares e tornam-se corresponsáveis pela construção do conhecimento.

Nesse sentido, a participação infantil contribui não apenas para aprendizagens mais significativas, mas também para o exercício da cidadania desde a primeira infância. O currículo, continuamente ressignificado a partir das interações e das vozes infantis, torna-se mais coerente com os princípios dos direitos da criança e com uma educação socialmente referenciada.

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS COMO GARANTIA DE DIREITOS

A organização dos tempos e dos espaços na Educação Infantil expressa concepções de infância, currículo e educação, impactando diretamente a vivência dos direitos das crianças. Espaços planejados de forma intencional, acessíveis e desafiadores favorecem a autonomia, a exploração, a imaginação e as interações, possibilitando que a criança atue de maneira ativa e criativa no ambiente educativo.

Do mesmo modo, a organização do tempo deve respeitar os ritmos, as necessidades e os interesses infantis, evitando práticas rígidas e fragmentadas.

Tempos flexíveis permitem que as crianças aprofundem suas experiências, retomem brincadeiras e construam aprendizagens de forma contínua e significativa.

A organização de cantos permanentes de leitura, arte e faz de conta amplia a autonomia infantil, pois permite que as crianças façam escolhas, circulem pelo espaço e construam aprendizagens de acordo com seus interesses.

Assim, a intencionalidade pedagógica na organização dos tempos e espaços configura-se como elemento central de um currículo comprometido com a garantia de direitos, com o respeito às singularidades da infância e com a promoção do desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção da criança como sujeito histórico e de direitos representa um avanço significativo no campo da Educação Infantil, implicando transformações substanciais na organização curricular e nas práticas pedagógicas. A análise desenvolvida neste artigo evidencia que um currículo centrado na criança, fundamentado nas interações, no brincar e na participação, contribui de maneira efetiva para o desenvolvimento integral e para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente participativos.

Conclui-se que a efetivação dos direitos da criança no contexto da Educação Infantil depende do compromisso ético e político de educadores e gestores com a construção de propostas curriculares que respeitem as especificidades da infância. Dessa forma, torna-se imprescindível fortalecer práticas pedagógicas que reconheçam a criança como protagonista, assegurando-lhe o direito de viver plenamente sua infância em ambientes educativos democráticos, acolhedores e socialmente referenciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB n.º 5, de 17 de dezembro de 2009.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BARBOSA, Maria C. S. **Práticas cotidianas na Educação Infantil**: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC/CNE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE, 2009.



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.65>



COORDENAÇÃO:

- Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
- Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
- Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adão Pacheco Valentim e Domingos F. Cassuende Lucunde
- Ana Claudia Souza Silva
- Angelino Wambo Tchaluele e Walter Albino António Sassoma
- Antonia Elcinda Alves Rodrigues
- Augusto Hudson Simeão
- Augusto Hudson Simeão
- Capuma E. Eduardo, Daniel T. Luciano e Wilson V. Gomes Anilba
- Chiquito Afonso F. Domingos e Gouveia de Oliveira N. da Silva
- Cipriano de Jesus Plácido da Silva
- Constantino João Manuel
- Daniel Cordeiro
- Daniela dos Santos Magalhães
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Diego Agostinho Dynczuki
- Edson da Conceição Graça e Rogério Agrey
- Emanuel Ramos Barra
- Glaucimer Silva Batista de Almeida
- Jennyfer Christiane Barboza de Jesus
- Jordânia de Brito
- João Miranda Tumba
- Julieta Elisa André Panzo Tchitungo
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Lusilene da Rocha Alves
- Luzia Feijó Sebastião e Constantino João Manuel
- Madalena Nascente Cardoso João
- Manuel António da Silva Lemos e Constantino João Manuel
- Manuel Francisco Neto
- Marcelo Santos de Mascarenhas
- Maria Teresa da Costa Garcia e Constantino João Manuel
- Moizes Antonio dos Santos
- Sandra Horacio
- Santos Filipe
- Sebastião Alcino Gonçalves
- Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira
- Solange Aparecida Silva
- Suellen Vidal Araújo da Silva
- Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores:



Filiada à:



Parceiros:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

